

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026

Fomento às Indicações Geográficas e Marcas Coletivas

Volume 1: O Caso da Canastra



Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers
(Organizadores)

 EDITORA
ARTEMIS
2026



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores.

Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadores	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers
Financiamento	Este trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7
Imagem da Capa	Profª Drª Rubmara Ketzer Oliveira - Arquivo pessoal
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato*, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil



Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos

Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Prof.^a Dr.^a Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México

Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal

Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil

Prof.^a Dr.^a Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México

Prof.^a Dr.^a Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha

Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguai

Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá

Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal

Prof.^a Dr.^a Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia

Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

Prof.^a Dr.^a Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina

Prof.^a Dr.^a Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal

Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia

Prof.^a Dr.^a Lara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil

Prof.^a Dr.^a Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru

Prof.^a Dr.^a Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile

Prof.^a Dr.^a Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos

Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha

Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil

Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México

Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México

Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha

Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia



Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo*, México

Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Livia do Carmo, *Universidade Federal de Goiás*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, *Universidade de Passo Fundo*, Brasil

Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México

Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha

Prof. Dr. Manuel Simões, *Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, *Universidade Federal de Itajubá*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, *Universidade Estadual Paulista (UNESP)*, Brasil

Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, *Universidade Federal de Sergipe*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, *Universidade Federal de Ouro Preto*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, *Universidade Federal da Bahia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – *Universidade de Coimbra*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, *Universidade Federal do Maranhão*, Brasil

Prof.ª Dr.ª M^ªGraça Pereira, *Universidade do Minho*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*, Brasil

Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara*, México

Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, *Instituto Politécnico de Viseu*, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba

Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, *Universidad del País Vasco*, Espanha

Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, *Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional*, México

Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, *Universidade Federal Fluminense*, Brasil

Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru

Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, *Universidade Federal de Lavras*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, *Universidade do Estado da Bahia*, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, *Universidade Federal do Pará*, Brasil

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, *Universidade Federal do Piauí*, Brasil

Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, *Universidade Federal de Uberlândia*, Brasil

Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina

Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University*, Russia

Prof.^a Dr.^a Susana Álvarez Otero – *Universidad de Oviedo*, Espanha

Prof.^a Dr.^a Teresa Cardoso, *Universidade Aberta de Portugal*

Prof.^a Dr.^a Teresa Monteiro Seixas, *Universidade do Porto*, Portugal

Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, *Universidade Federal de Viçosa*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, *Universidade Federal de Campina Grande*, Brasil

Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, *Universidade Tecnológica Federal do Paraná*, Brasil

Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F681 Fomento às indicações geográficas e marcas coletivas [livro eletrônico]
: Volume 1 : o caso da Canastra / organização Rubmara Ketzer
Oliveira, Eduardo Eugênio Spers. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora
Artemis, 2026.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81701-85-7

DOI 10.37572/EdArt_230326857

1. Indicações geográficas – Agroalimentos. 2. Marcas coletivas –
Brasil. 3. Queijo Canastra – Valorização territorial. 4. Desenvolvimento
sustentável – Agricultura. 5. Políticas públicas – Fomento à pesquisa. I.
Oliveira, Rubmara Ketzer. II. Spers, Eduardo Eugênio.

CDD 338.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Editora Artemis

Curitiba-PR Brasil

www.editoraartemis.com.br

e-mail: publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

Este livro é fruto do Projeto “Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo-benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros”, desenvolvido na Universidade de São Paulo, por meio da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2023/10119-7.

Os autores registram seu reconhecimento e agradecimento à FAPESP pelo apoio institucional e financeiro, fundamental para a realização das pesquisas de campo, análises técnicas, articulações interinstitucionais e atividades de difusão científica que tornaram possível a construção desta obra. O suporte concedido reafirma a relevância das políticas públicas de fomento à pesquisa para o avanço do conhecimento aplicado ao desenvolvimento territorial sustentável.

As Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas consolidaram-se, nas últimas décadas, como importantes instrumentos de valorização territorial, capazes de articular identidade, produção, cultura, conhecimento tradicional e desenvolvimento econômico. Em países como o Brasil, marcados por grande diversidade sociocultural e por desafios estruturais no desenvolvimento regional, esses mecanismos assumem papel estratégico ao promover o reconhecimento de saberes locais, fortalecer arranjos produtivos e fomentar estratégias coletivas de geração de valor.

Este livro reúne um conjunto de estudos que abordam, sob diferentes perspectivas, o fomento das Indicações Geográficas e das Marcas Coletivas, tendo como eixo central o caso emblemático do Queijo Canastra. Ao longo dos seus 11 capítulos, a obra percorre fundamentos conceituais e normativos, instrumentos institucionais de apoio, políticas públicas, experiências de governança, bem como análises empíricas que evidenciam a complexidade e a riqueza dos processos envolvidos na construção e consolidação de uma Indicação Geográfica.

Os capítulos iniciais apresentam os marcos teóricos, legais e institucionais que sustentam as IGs e as Marcas Coletivas, situando o leitor quanto aos conceitos, objetivos e desafios associados a esses instrumentos no contexto brasileiro. Na sequência, a obra aprofunda a discussão sobre os mecanismos de fomento, o papel das instituições públicas e privadas e as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento territorial a partir da valorização de produtos de origem.

O território da Serra da Canastra emerge, então, como espaço privilegiado de análise. A trajetória histórica, produtiva e cultural do Queijo Canastra revela como a

articulação entre tradição, inovação e ação coletiva foi fundamental para a superação de desafios regulatórios, econômicos e sociais. Os capítulos dedicados ao estudo de caso evidenciam que o reconhecimento da Indicação Geográfica não se resume à obtenção de um selo distintivo, mas constitui um processo social dinâmico, marcado por aprendizados, conflitos, cooperação e construção de confiança.

O livro se encerra com reflexões que integram as diferentes dimensões analisadas ao longo da obra, destacando a centralidade da governança, da liderança local e do engajamento dos stakeholders para a perenidade das Indicações Geográficas. A experiência da Canastra demonstra que a convergência de interesses, aliada a estruturas institucionais adequadas e a políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais, é condição essencial para que esses instrumentos cumpram seu papel como indutores de desenvolvimento econômico, social e cultural.

Ao reunir contribuições de diferentes áreas do conhecimento, esta obra busca não apenas documentar uma experiência exitosa, mas também oferecer subsídios teóricos e práticos para pesquisadores, gestores públicos, produtores e agentes de desenvolvimento interessados em compreender e fortalecer as Indicações Geográficas e as Marcas Coletivas no Brasil. Espera-se que o livro contribua para ampliar o debate acadêmico e inspire novas iniciativas em outros territórios que compartilham desafios e potencialidades semelhantes.

Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS: O CASO DO QUEIJO CANASTRA – UMA INTRODUÇÃO

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Lucilio Rogério Aparecido Alves
Eduardo Eugênio Spers
Rosebelly Nunes Marques
Francisco José Mitidieri
Antonio Lopes Júnior
Francisco Rodrigo Martins
Marcia Cristina de Moraes
Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268571

CAPÍTULO 2..... 7

O PROJETO DE FOMENTO ÀS IGs E MARCAS COLETIVAS

Danielle Mendes Thame Denny
Rubmara Ketzer Oliveira
Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268572

CAPÍTULO 3..... 16

PANORAMA DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Breno Acácio

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268573

CAPÍTULO 4..... 36

EVOLUÇÃO DA SERRA DA CANASTRA, MG: HISTÓRIA, ECONOMIA, TURISMO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Carlos Freitas Vian
Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268574

CAPÍTULO 5..... 46

A DIMENSÃO JURÍDICA LEGAL E O PAPEL PÚBLICO NA IG CANASTRA

Antonio Lopes Júnior

Danielle Mendes Thame Denny

Francisco José Mitidieri

Francisco Rodrigo Martins

Marcia Cristina de Moraes

Rubmara Ketzer Oliveira

Vivaldo Alberto Viganó

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268575

CAPÍTULO 6..... 63

IG CANASTRA E A SUSTENTABILIDADE

Danielle Mendes Thame Denny

Luan Aparecido Ferreira de Campos

Rubmara Ketzer Oliveira

Lucilio Rogério Aparecido Alves

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268576

CAPÍTULO 7..... 77

ATRIBUTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA (IG) DA CANASTRA

Rubmara Ketzer Oliveira

Gustavo Verruma Bernardi

Anderson Victor dos Santos

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268577

CAPÍTULO 8..... 97

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA CANASTRA E A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Rubmara Ketzer Oliveira

Anderson Victor dos Santos

Gustavo Verruma Bernardi

Rosebelly Nunes Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268578

CAPÍTULO 9..... 110

ECOSSISTEMAS DE INOVAÇÃO NO CONTEXTO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Fábio Nazhar

Felipe Mendes Borini

José Afonso Mazzon

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2303268579

CAPÍTULO 10..... 126

IG CANASTRA NA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO E MÍDIAS DIGITAIS

Eduardo Eugênio Spers

Luiz Gabriel da Silva Hidalgo

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685710

CAPÍTULO 11..... 140

CANASTRA NA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

Renata Aparecida Forato

Eduardo Eugênio Spers

 https://doi.org/10.37572/EdArt_23032685711

SOBRE OS ORGANIZADORES 153

ÍNDICE REMISSIVO 154

CAPÍTULO 11

CANASTRA NA PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS

Data de submissão: 07/01/2026

Data de aceite: 10/02/2026

Renata Aparecida Forato

<https://lattes.cnpq.br/8995849554259596>

Eduardo Eugênio Spers

<https://lattes.cnpq.br/7800954800978254>

<https://orcid.org/0000-0002-8057-3460>

RESUMO: O capítulo analisa a Indicação Geográfica (IG) Canastra à luz da Teoria dos Stakeholders, fundamentada em R. Edward Freeman, destacando o papel do engajamento multissetorial na formação, consolidação e expansão de territórios reconhecidos. Parte-se da premissa de que a IG constitui um arranjo institucional complexo, cuja efetividade depende da convergência de interesses entre produtores, associações, cooperativas, instituições financeiras, universidades e poder público. A discussão teórica aborda diferentes perspectivas da Teoria dos Stakeholders - normativa, instrumental e descritiva - enfatizando a identificação, classificação e priorização das partes interessadas, bem como os níveis de engajamento (transacional, transitório e transformador). Argumenta-se que a operacionalização da teoria ocorre por meio do engajamento estruturado, capaz

de gerar legitimidade, inovação, gestão de riscos e sustentabilidade territorial. O estudo de caso da Serra da Canastra, com destaque para o município de São Roque de Minas, evidencia como a articulação entre lideranças locais, produtores e instituições - como a APROCAN e a cooperativa SICOOB SAROM - foi decisiva para superar crises econômicas, desafios regulatórios e riscos de êxodo rural. A mobilização coletiva permitiu a regulamentação do queijo de leite cru, a valorização do terroir e o fortalecimento da identidade territorial. A perenidade da IG Canastra decorre de um elevado nível de engajamento transformador, no qual objetivos econômicos, morais e estratégicos convergem. O capítulo reforça que a sustentabilidade e a expansão das IGs, especialmente em países emergentes, dependem da governança participativa e da integração efetiva de stakeholders em torno de um propósito comum.

PALAVRAS-CHAVE: governança participativa; engajamento transformador; legitimidade institucional; gestão de riscos.

THE CANASTRA REGION FROM A STAKEHOLDER PERSPECTIVE

ABSTRACT: This chapter analyzes the Geographical Indication (GI) of Serra da Canastra through the lens of Stakeholder Theory, as developed by R. Edward Freeman, highlighting the role of multistakeholder engagement in the formation, consolidation,

and expansion of recognized territories. It is based on the premise that a GI represents a complex institutional arrangement whose effectiveness depends on the convergence of interests among producers, associations, cooperatives, financial institutions, universities, and public authorities. The theoretical discussion encompasses normative, instrumental, and descriptive perspectives of Stakeholder Theory, emphasizing stakeholder identification, classification, and prioritization, as well as levels of engagement – transactional, transitional, and transformational. The chapter argues that the operationalization of the theory occurs through structured engagement capable of generating legitimacy, innovation, risk management, and territorial sustainability. The case study of São Roque de Minas illustrates how the articulation among local leaders, producers, and institutions – such as the Associação dos Produtores de Queijo Canastra (APROCAN) and SICOOB SAROM – was decisive in overcoming economic crises, regulatory challenges, and risks of rural outmigration. Collective mobilization enabled the regulation of raw milk cheese production, the valorization of terroir, and the strengthening of territorial identity. The chapter concludes that the longevity of the Canastra GI stems from a high level of transformational engagement, in which economic, moral, and strategic objectives converge. It reinforces that the sustainability and expansion of GIs, particularly in emerging countries, depend on participatory governance and effective stakeholder integration around a shared purpose.

KEYWORDS: participatory governance; transformational engagement; institutional legitimacy; risk management.

1. INTRODUÇÃO

Embora em países emergentes, como o Brasil, o conceito de Indicação Geográfica (IG) seja relativamente novo, estes territórios assim reconhecidos tem um grande potencial de proporcionar a estas regiões desenvolvimento econômico, social, preservação ambiental, cultural, por meio da valorização de seus produtos e serviços. O que é significativo considerando que iniciativas públicas e privadas podem ser promotores deste processo.

Porém, o contexto das Identificações Geográficas (IG), revela grande complexidade no que se refere a sua formação, reconhecimento, maturidade e expansão, devido a necessidade de integração de diversos atores, que mesmo tendo objetivos específicos precisam de convergência, um senso comum para que uma IG seja estabelecida, tendo os stakeholders um papel fundamental.

A constatação de diferenciais provenientes da localização territorial, cultura e seu jeito de fazer, *savoir-faire*, não é suficiente para elevar a percepção de valor em seus produtos, requer um trabalho que torne este fato notável, o que pode ocorrer com o reconhecimento da área como uma IG, a partir da integração de diversas partes interessadas.

Isto porque trata-se de um processo complexo que demanda uma estrutura bem estabelecida com a atuação de vários stakeholders e lideranças que promovam um sistema de governança e possibilite a adequação técnica, burocrática, por meio de parcerias com órgãos e instituições públicas e privadas.

O reconhecimento territorial além da proteção, atribui valor ao identificar as características específicas de determinada região, o que pode aumentar a lucratividade do produtor e/ou prestador de serviço, sendo que o esforço para aumentar a visibilidade, notoriedade, sobressair-se no mercado seria muito maior se feito de forma isolada, sendo facilitado pela “fama” que uma região pode emprestar aos seus pertencentes.

Assim, os ganhos decorrentes do reconhecimento de um território como uma IG podem ser muito positivos nas dimensões econômicas, sociais e ambientais, aumentando valor agregado de seus produtos, serviços e consequente incremento da renda, desenvolvendo o turismo, educação, evitando o êxodo e preservando a biodiversidade, a cultura, garantindo a qualidade de vida local.

Todos estes fatores que ligam o reconhecimento de uma IG e seu sucesso à integração e/ou engajamento dos stakeholders foi observado em uma visita à Serra da Canastra, mais precisamente ao município de São Roque de Minas, onde foi possível identificar todo o processo para o reconhecimento e obtenção do selo distintivo de uma IG e a estrutura que possibilitou a criação, notoriedade de mercado, da marca, expansão e continuidade, revelando o papel fundamental do stakeholders conforme consta na Teoria a respeito.

2. TEORIA DOS STAKEHOLDERS

A Teoria dos *Stakeholders* (TS) segundo Freeman (1984), trata da relação da organização com todos seus parceiros e a interdependência existente entre eles, ou seja, grupos e indivíduos que podem afetar ou ser afetados pela organização, como sociedades civis, comunidades, clientes, funcionários, governos, acionistas, fornecedores.

Desta forma, sob esta perspectiva a interrelação pode corroborar ou não para a obtenção dos objetivos organizacionais e passou a ser considerada no âmbito da teoria das organizações em detrimento da linha de pensamento que tem como foco principal a maximização de lucro dos acionistas.

A partir desta concepção, amplia-se o foco de uma organização ao buscar identificar e atender as necessidades de seus parceiros, *stakeholders* e não somente de seus *shareholders*, acionistas, proporcionando vantagem competitiva por meio de uma visão que pode ser considerada estratégica, a relação satisfatória com seus parceiros.

Esta abordagem, presente nos estudos de Mahajan et. al. (2023), sobre a Teoria dos Stakeholders aponta que sua aplicação é valiosa, pois:

“Fornece uma abordagem holística para a tomada de decisões (ou seja, equilibrando as necessidades, desejos e demandas de várias partes interessadas, não apenas dos acionistas); Defende a ética (ou seja, permitindo que as organizações sejam mais responsáveis em suas estratégias e operações); Gerencia riscos (ou seja, antecipar e mitigar possíveis problemas que podem prejudicar as operações, o desempenho e a reputação organizacionais devido às preocupações e ações das partes interessadas); Promove a inovação (ou seja, as partes interessadas como um recurso para ideias e inspirações); Salvaguarda a legitimidade (ou seja, licença social para operar por meio do apoio das partes interessadas.”

O que se observa é que esta teoria proposta por Freeman (1984) passou a ser muito discutida e sob diversas abordagens, demonstrando sua importância no contexto organizacional despertando para sua função estratégica, como os estudos de Donald, Preston (1995), que defendem que considerar o interesse de todas as partes é uma obrigação moral, Clarkson (1995) destaca identificar os primários e secundários.

Por sua vez Mitchell et. al (1997), propõe classificar os stakeholders de acordo com atributos de poder, legitimidade e urgência revelando qual parte deve ser priorizada numa relação de troca. Jones, Wick (1999) para sintetizar as diferentes abordagens, propõe três perspectivas, a Instrumental que trata da importância estratégica da TS para organização, a Normativa, com foco nas obrigações éticas da organização para com seus stakeholders e a Descritiva, que analisa a relação entre os stakeholders e a organização.

Contudo, independente das diferentes abordagens ou de críticas sobre não possuir critérios ou ser rasa, tendo interesses conflitantes e divergentes como afirma Jensen (2002), a questão é que uma organização está inserida em um ambiente de interação com várias partes, onde o atendimento a necessidade de cada parte envolvida proporciona um fluxo contínuo com resultados satisfatórios.

Jensen (2002), que criticou a teoria, definiu um critério para que esta relação se estabeleça de maneira funcional, ou seja, que a busca pela maximização do lucro para os acionistas, objetivo principal de um negócio, considere às necessidades e interesses de seus stakeholders, o que remete ao caráter moral e responsável da teoria e que pode fortalecer as parcerias e os resultados de cada negócio.

Neste contexto, Phillips et. al (2003) destaca que a Teoria dos Stakeholders, não é somente normativa, de responsabilidade social e de ética empresarial, mas sim serve como uma estrutura fundamental para entender e gerenciar os interesses de várias partes interessadas, cujas as implicações podem ser estendidas a outras áreas com a Responsabilidade Social Corporativa, ética e sustentabilidade.

Inclusive no que se refere a sustentabilidade ou a redução de emissões de gases poluentes, o envolvimento e a convergência de todas as partes interessadas é fundamental e se tornou uma consideração crítica em todos os aspectos da tomada de decisão, com diferentes estratégias desenvolvidas e implementadas para o envolvimento eficaz das partes (MAHAJAN et. al. 2023).

Assim sendo conclui-se que se uma organização irá convergir ou envolver-se em uma rede ou cadeia que tenha consonância com seus princípios e objetivos o que facilitará o atendimento mútuo de suas respectivas necessidades, contribuindo com o aumento da lucratividade, o contrário também pode ocorrer, dificultando o processo.

Portanto o envolvimento, ou o engajamento dos stakeholders em um objetivo comum em questões essenciais à continuidade de uma organização como ética, responsabilidade social e sustentabilidade é fundamental na dinâmica atual, com demandas que vão além de remunerar os acionistas, ou necessárias para este fim.

Deste modo e conforme afirmam Simpício, Boaventura (2024), engajamento pode ser entendido como a operacionalização da TS, sendo que no contexto atual tem-se a responsabilidade com os impactos no meio ambiente, na sociedade e desconsiderar seus parceiros pode comprometer a continuidade do negócio, principalmente frente a oscilações constantes nas esferas política, econômica, social, ambiental e tecnológica.

Desta forma valida-se a TS proposta por Freeman (1984) onde cada parte afeta ou é afetada por uma decisão isolada, necessitando de convergência e engajamento, operacionalização da TS, que é decorrente de um objetivo comum que não se sobrepõe ao individual, mas que representa consonância e corrobora com seu êxito.

Assim, o engajamento dos stakeholders pode ser definido como o processo pelo qual a organização envolve, na tomada de decisão, todos aqueles que possam ser afetados ou possam influenciar a implementação dessas decisões (Novoa et al., 2018).

3. ENGAJAMENTO DOS STAKEHOLDERS NO CONTEXTO DA IG

No que se refere as IGs, pode-se afirmar que não há o reconhecimento de um território com produtos, serviços peculiares sem a atuação conjunta de diversos atores, ou partes interessadas, stakeholders e seu respectivo envolvimento, integração, engajamento em torno de um objetivo em comum, com a proteção ao que se produz no território.

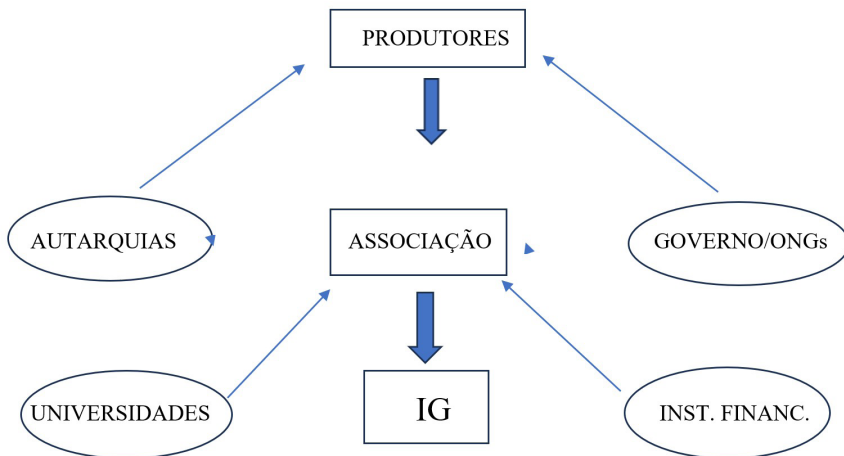
Se o objetivo em comum for tão somente o de adquirir o reconhecimento, este não tem razão de ser, pois a criação de uma IG para além da proteção ao serviço, produto, proporciona resultados efetivos se houver uma “amálgama” que mantenha as partes envolvidas, engajadas. Esta amálgama seria o atendimento à necessidade de cada stakeholder com a formação da IG.

Assim, em um território que produz algo peculiar, específico de acordo com as características locais, sendo passível de ser reconhecido como uma IG, necessita ter seus stakeholders identificados, assim como suas expectativas e necessidades mapeadas, para que sejam atendidas neste processo, e os resultados positivos decorrentes seja a motivação.

Há que se destacar que a criação de uma IG e seu desenvolvimento pode gerar externalidades, impactos positivos, mas primeiramente os diretamente envolvidos necessitam ter seus interesses considerados e atendidos com este reconhecimento, o que requer senso comum, engajamento, gerando resultados que servirão de motivação, que retroalimentam o processo.

Portanto uma IG não se estabelece a partir de uma iniciativa isolada, trata-se de um processo que se inicia com a identificação de especificidades locais, sendo que no Brasil esta iniciativa parte de instituições de desenvolvimento, universidades, autarquias e não dos produtores, e que de acordo com suas prerrogativas e competências fomentam o reconhecimento de uma IG, conforme ilustração 1:

Ilustração 1: Papel das Instituições em uma IG.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura.

A IG formada a partir de um agente externo, depois de concluído o processo, pode sofrer uma estagnação, dormência ou até extinção, isto pela falta de stakeholders engajados com um objetivo comum dentro do território, que servem do reconhecimento de uma IG para potencializar a busca pelo fim desejado.

Este senso levaria a representantes da região tomarem a iniciativa pelo reconhecimento e não que este viesse externamente, o que evitaria o fato da estagnação

de diversas IGs iniciadas por iniciativa de instituições que ao terminar o processo de reconhecimento e deixarem a IG estas não se desenvolvem, nem expandem.

O quadro 1, demonstra como este processo se estabelece:

Quadro 1: Processo formação IG no Brasil.

STAKEHOLDERS	CONTEXTO ATUAL	CONTEXTO IDEAL
Instituições	MAPA/CATI/EMATER/SEBRAE SENAR/EMBRAPA/ Secretarias municipais estaduais/Universidades/ ONGs/ Instituições financeiras/ Cooperativas/ Identificam e procuram produtores em determinado território	Produtor tem conhecimento sobre IG
Produtores	Desconhece o reconhecimento de um território como IG	Procura Instituições/ busca apoio e incentivos
Associação	Desenvolve com apoio das Instituições	Desenvolve a partir produtores/ Recebe apoio e incentivos e se fortalece

Fonte: Elaborado pelos autores com base na literatura.

Quando a iniciativa é proveniente das instituições, a ausência destas ao final do processo pode ocasionar a dormência, estagnação, e para evitar que isto ocorra, os stakeholders que formam a IG precisam estar consolidados num objetivo comum, sendo identificados, classificados e/ou categorizados para o estabelecimento de um procedimento que garanta sua continuidade.

A identificação dos stakeholders, os que afetam e são afetados no estabelecimento de uma IG e de suas necessidades para posterior atendimento, permite buscar a satisfação mútua com o processo e motiva o engajamento. Para tanto pode-se servir da teoria para classificar e também medir o nível de engajamento para potencializar pontos forte e aprimorar os negativos.

A partir do mapeamento dos stakeholders e da identificação de seus interesses em comum, trabalhar o engajamento é possível, que conforme afirma Greenwood (2007) são as “práticas que a organização empreende para envolver os stakeholders de forma positiva” o que pode ser analisado, medido, a partir da verificação dos níveis de engajamento.

O engajamento pode apresentar níveis diferentes em cada organização, ambiente e segundo Bowen, Newenham-Kahindi e Herremans (2010) a análise do engajamento é composto por três níveis: transacional, transitório e transformador. O engajamento transacional é o nível mais básico, onde a organização adota uma postura passiva frente a seus stakeholders. O engajamento transitório representa um nível intermediário de

envolvimento, em que a organização utiliza uma postura mais reativa e o transformacional que adota uma postura proativa em relação aos stakeholders.

Esse nível é o mais elevado e é caracterizado pelo aprendizado conjunto, criação de sentido, gerenciamento conjunto de projetos com comunidades e lideranças na tomada de decisões, estas características foram observadas na visita a Canastra, assim como os desafios enfrentados (Bowen; Newenham-Kahindi; Herremans, 2010).

O que é corroborado por Mitter et. al. (2019), que salienta que um alto nível de engajamento é caracterizado por integrar um grande número de pessoas com diversas perspectivas, interesses, experiências, conhecimentos e habilidades.

Pode-se afirmar ainda que o engajamento dos stakeholders se refere às estratégias que as organizações públicas ou privadas implementam em suas relações com as partes interessadas, levando a práticas de gestão mais éticas (Mitchell et al., 2022).

Kujala, Sachs, Leinonen, Heikkinen, & Laude (2022), nas suas publicações sobre o assunto, propõe que o engajamento de stakeholders refere-se a objetivos, atividades e os impactos das relações com os stakeholders nas perspectivas moral, estratégica e pragmática, que sintetiza a ideia de atenção e responsabilidade com os interesses dos parceiros com ganho econômico, sendo pragmático ao considerar estas duas variáveis.

Assim sendo, de acordo com a teoria, há métodos que podem auxiliar tanto na identificação dos stakeholders (Freeman, 1984; Donald, Preston, 1995), como na classificação (Clarkson, 1995; Mitchell et.al, 1997) ou na verificação do nível de engajamento (KUJALA et.al 2022).

Esta categorização é encontrada na literatura, com diversas abordagens e pode auxiliar neste processo, principalmente em países emergentes como o Brasil, contribuindo com a maturidade e expansão das IGs e o propósito que esta se propõe, tornando o processo conhecido por suas externalidades e resultados positivos, o que reverteria este processo onde a iniciativa passaria a ser despertada em diversas regiões do país.

4. IG CANASTRA

O território reconhecido como Canastra, publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI) nº 2.750, beneficia produtores de dez municípios que integra a IG, localizados no sudoeste do estado de Minas Gerais, sendo eles Bambuí, Capitólio, Delfinópolis, Dorésópolis, Medeiros, Pimenta, Piumhi, São Roque de Minas, Tapiraí ou Vargem Grande.

A história da produção do queijo Canastra data da época do império, da mineração e da agricultura de subsistência da região, assim como o processo de maturação,

descoberto a partir da necessidade de conservação e que conferiu atributos especiais ao queijo da região.

Estas informações foram coletadas em uma visita à Canastra, por meio do contato com produtores, com a Associação, Cooperativa de crédito e Sindicato, mais precisamente na cidade de São Roque de Minas, onde foi possível entender como foi reconhecida a IG Canastra.

Sendo o queijo um produto típico da região e da cultura do estado de Minas Gerais, é na Canastra que adquire um sabor único, devido suas condições de clima, relevo, pastagem que também é denominado de “*Terroir*”, mas a produção de queijo na Canastra enfrentou vários desafios, dentre eles destaca-se o fim da mineração e a consequente queda na demanda por produtos para subsistência.

A criação do Parque da Serra da Canastra, foi outro fator desafiador por não permitir mais a permanência de produtores rurais na área demarcada, mas a legislação sanitária de 1950, que criou o RISPOA para regulamentar os produtos agroalimentares, seu maior desafio, devido ao impedimento da produção de queijo de leite cru, como era feito na região, que colocou esta cultura, este modo de produzir em “xeque” e com risco de extinção.

A partir da criação da legislação sanitária, o queijo de leite cru passou a ser vendido clandestinamente e somado ao fato da facilidade de escoamento por meio da chegada às propriedades de veículos automotores, o que não permitia a devida maturação que confere singularidade ao produto da Canastra, o queijo ali produzido tornou-se uma *commoditie*, com preços muito baixos, inviável economicamente.

Desta forma, as famílias passaram a deixar a cidade em busca de melhores oportunidades, e estes fatores causaram uma crise no município que enfrentou um êxodo tendo sua população diminuído drasticamente, reduzindo a força de trabalho. Diante desta situação donos de propriedades agropecuárias iniciaram o plantio de café, para dar oportunidades aos moradores e impedir a extinção do município.

Este relato foi feito pelo Sr. João Leite, presidente da Cooperativa de Crédito de São Roque de Minas SICOOB SAROM, que revelou que o motivo de seu retornou a São Roque de Minas, depois de formado em Agronomia, em 1987 no município de Lavras/MG, o de auxiliar o pai na fazenda e nas dificuldades enfrentadas por ele na propriedade decorrentes da conjuntura do município.

Seu João, como agrônomo, verificou o potencial para plantio de café nas terras da região, identificando uma oportunidade de proporcionar trabalho e renda para os moradores do município, assim passou a dar assistência técnica e fornecer insumos por

meio de uma loja agropecuária, o que melhorou as condições econômicas do município, mas sofreu com o fechamento da única agência bancária, a Minas Caixa.

Desta forma, sem uma agência bancária, todo ativo financeiro decorrente da produção agropecuária era depositado em outro município, levando as famílias que produziam em São Roque de Minas a pouparem e gastarem seu dinheiro em outro local, impedindo seu crescimento e provocando estagnação.

Mais tarde com o envolvimento de outros moradores que tinham o mesmo intuito de recuperar a auto estima do município e proporcionar melhora na qualidade de vida da comunidade, foi criada a cooperativa de crédito, SICOOB SAROM em 1991. Assim de 1991 a 1994, foi recuperada a poupança interna do município.

A cooperativa de crédito prestava serviços bancários e obtinha ganhos com especulação bancária até a implantação do Plano Real, após este período, passou a investir no Banco do Brasil, mesmo com ganhos reduzidos para conseguir crédito para agricultura e pecuária, melhorando a genética do gado e produtividade agrícola. O que proporcionou aumento da atividade econômica do município e consequentemente os depósitos na cooperativa, que contou também com a abertura da conta da Prefeitura local.

Com a melhora na estrutura econômica, a partir de então com apoio do SICOOB foi resgatado o sindicato rural que passou a realizar leilão de gado no município com a aquisição de uma balança que permitia pagar o preço justo aos criadores, de acordo com o seu respectivo peso, o que antes não era feito de forma precisa, comprometendo os ganhos.

Foi também criada a ACE (Associação comercial) que aprimorou o comércio local e uma Cooperativa agropecuária, para atender demandas de agricultores com o aumento da produção de café. Todas estas ações resgataram não só a poupança interna do município com aumento da atividade econômica assim como a auto estima.

Após uma viagem à Europa, proporcionada pelo governo à representantes de cooperativas do Brasil, da qual a SICOOB SAROM foi selecionada, Seu João Leite, tomou conhecimento das técnicas de produção de queijo de leite cru e partir desta constatação todo um esforço foi demandado junto a centros de pesquisa e poder público para regulamentar a produção deste tipo de queijo que já era tradicional na região.

Um convênio entre o Brasil e a França, propiciou a vinda de técnicos de uma ONG francesa para treinar os produtores de queijo da Canastra e em 2005 foi criada a APROCAN (Associação dos Produtores Queijos Canastra), por sugestão dos franceses, em 2009 é protocolado o pedido de reconhecimento da região como IG.

Assim se iniciou a história da IG Canastra, que ganhou notoriedade pelo aprimoramento das técnicas que faziam o produto ser único, sendo também reconhecido

por meio de uma premiação internacional, ganhando espaço na mídia, sendo então divulgado para o grande público, atribuindo fama e reforçando o nome Canastra.

Todas as ações que culminaram no reconhecimento da IG, tiveram pontos importantes a serem destacados, a cultura local, a geografia, as condições do clima, um objetivo comum concomitante com várias partes interessadas, com objetivos diversos, sendo todos atendidos.

Estes fatores revelam e reforçam a Teoria dos Stakeholders e sua operacionalização por meio do engajamento de todos os envolvidos e converge com a literatura que traz questões como a moral nas relações, o ganho econômico, estratégico, o pragmatismo ao relacionar estas variáveis e o alto nível do engajamento dos stakeholders.

4.1. RESULTADO

Estabelecer uma técnica, um método que identifique as expectativas e necessidades dos potenciais atores de uma IG, para que estes sejam apoiados de maneira técnica, financeira pelo poder público, privado, instituições de pesquisa e fomento é um desafio, mas que encontra na teoria as bases para esta análise.

O que se observa no caso da IG Canastra, é que a cultura da produção de queijo foi mantida e aprimorada decorrente da integração e esforço de diversos stakeholders em um objetivo comum, evitar o êxodo e impedir a extinção do município, o que foi possível a partir da iniciativa de moradores que tinham suas propriedades e utilizaram recursos nestas contidas para proporcionar trabalho e renda.

Esta foi uma iniciativa que contou com uma liderança local que identificou uma oportunidade e obteve apoio e engajamento dos stakeholders do território em questão, por meio da percepção que estes obtiveram a partir do ganho mútuo advindos da integração com a assistência técnica, recursos como equipamentos e insumos que recebiam e a devolutiva com o aumento da produção local, ganhos econômicos.

Portanto, nota-se que diversos fatores proporcionaram o alto nível de engajamento, como as particularidades do município, sua história, cultura, mas é inegável que na falta de senso comum e a percepção de ganho para todas as partes não haveria êxito, nem continuidade e expansão.

Este fato remete a afirmação de Kujala et.al (2022) que ressalta que uma das razões para o engajamento se refere a questão moral que trata de considerar o atendimento de todos os envolvidos e a confiança neste processo, e o consequente ganho econômico por meio do agir estratégico, decorrente da integração e o pragmatismo que une estas variáveis, o que poderá ser verificado em outras IGs e nas diversas dinâmicas estabelecidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma IG é resultado de um conjunto de ações provenientes de diversos atores, Stakeholders, com objetivo comum que proporcione ganhos a todos envolvidos. Esta constatação é percebida na IG Canastra, onde as especificidades locais tanto de clima, topografia, cultura proporcionam oportunidades assim como em muitos momentos revelam ameaças que são combatidas, contrapondo uma sobre a outra com soluções encontradas a partir da integração, engajamento de seus Stakeholders.

É perceptível que a governança é fundamental diante da complexidade em se formar e manter um IG, os desafios são uma constante e peculiares a cada território, o que demanda uma liderança sensível, comprometida, engajada em preservar e salientar a vocação local e despertar esta visão a todos pertencentes, gerando integração e engajamento de todos os envolvidos.

A análise da emblemática IG Canastra, revela pontos importantes a serem considerados, como a particularidade de cada território, características singulares que vão evidenciar oportunidades e as constantes ameaças, e o que determina sua perenidade é a forma como os Stakeholders vão interagir e convergirem num objetivo comum e como vão obter ganhos nesta dinâmica.

A solução a esta equação pode advir da observação, análise da dinâmica em diversas IGs, como a da Canastra que forneceu elementos para aprofundar o entendimento desta ferramenta que pode ter métodos, procedimentos aprimorados que proporcionem sua expansão e consequente desenvolvimento em diversas dimensões com apoio de políticas públicas adequadas e pertinentes ao contexto específico das IGs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bowen, F.;Newenham-Kahindi, A.; Herremans, I. When suits meet roots: The antecedents and consequences of community engagement strategy. *Journal of Business Ethics*, Dordrecht, v. 95, n. 2, p. 297-318, Jan. 2010. <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0360-1>
- Clarkson, M. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of management review*, 20(1), 92-117.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and implications. *Academy of management Review*, 20(1), 65-91.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Pitman.
- Greenwood, M. (2007). Stakeholder engagement: Beyond the myth of corporate responsibility. *Journal of Business ethics*, 74, 315-327.
- Jensen, M.C. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Business ethics quarterly*, p. 235-256, 2002.
- Jones, Thomas M.; Wicks, Andrew C. Convergent stakeholder theory. *Academy of management review*, v. 24, n. 2, p. 206-221, 1999.
- Kujala, J., Sachs, S., Leinonen, H., Heikkinen, A., & Laude, D. (2022). Stakeholder engagement: Past, present, and future. *Business & Society*, 61(5), 1136-1196.
- Mahajan R., Lim W. M., Sareen M., Kumar, Panwar R. Stakeholder theory. *Journal of Business Research*, Volume 166, 2023.
- Mitchell, J. R., Mitchell, R. K., Hunt, R. A., Townsend, D. M., & Lee, J. H. (2022). Stakeholder engagement, knowledge problems and ethical challenges. *Journal of Business Ethics*, 175(1), 75-94.
- Mitchell, J. R., Mitchell, R. K., Hunt, R. A., Townsend, D. M., & Lee, J. H. (2022). Stakeholder engagement, knowledge problems and ethical challenges. *Journal of Business Ethics*, 175(1), 75-94.
- Mitchell, R. K., Agle, B. R., & Wood, D. J. (1997). Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. *Academy of management review*, 22(4), 853-886.
- Mitter, H., Techén, A. K., Sinabell, F., Helming, K., Kok, K., Priess, J. A., Schmid, E., Bodirsky, B. L., Holman, I., Lehtonen, H., Leip, A., Le Mouél, C., Mathijs, E., Mehdi, B., Michetti, M., Mittenzwei, K., Mora, O., Oygarden, L., Reidsma, P., & Schönhart, M. (2019). A protocol to develop shared socio-economic pathways for European agriculture. *Journal of Environmental Management*, 252, 109701.
- Novoa, A., Shackleton, R., Canavan, S., Cybele, C., Davies, S. J., Dehnen-Schmutz, K., Fried, J., Gaertner, M., Geerts, S., Griffiths, C. L., Kaplan, H., Kumschick, S., Le Maitre, D. C., Measey, G. J., Nunes, A. L., Richardson, D. M., Robinson, T. B., Touza, J., & Wilson, J. R. U. (2018). A framework for engaging stakeholders on the management of alien species. *Journal of Environmental Management*, 205, 286-297.
- Phillips, R.; Freeman, R. E.; Wicks, A. C. What Stakeholder Theory Is Not. *Business Ethics Quarterly*, v. 13, n. 4, p. 479-502, Oct. 2003.
- Simplicio, C. G., & Boaventura, J. M. G. (2024). Engajamento dos stakeholders na governança hídrica brasileira. *Revista de Gestão de Água da América Latina*, 21, e4. <https://doi.org/10.21168/reg.v21e4>

SOBRE OS ORGANIZADORES

RUBMARA KETZER OLIVEIRA

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Pós-doutoranda (Bolsa FAPESP nº 2024/17498-6) na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestrado e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Possui MBA em Gestão Escolar e MBA em Data Science & Analytics (USP), além de especialização em Solos e Nutrição de Plantas (ESALQ/USP). Seus interesses de pesquisa e atuação profissional concentram-se nas áreas de Gestão, Educação, Inovação e Tecnologias.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6963-3074>

EDUARDO EUGÊNIO SPERS

Departamento de Economia, Administração e Sociologia – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Av. Pádua Dias, 11 – Piracicaba, SP – Brasil.

Realizou pós-doutorado na Wageningen University & Research (WUR – Países Baixos) e doutorado em Administração na Universidade de São Paulo (USP – Brasil). Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), professor titular e chefe do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8057-3460>

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capacidade absorviva 110, 116
Capital social 3, 7, 8, 10, 120
Comportamento do consumidor 16, 18, 29, 35
Conservação ambiental 36, 63, 68
Cooperativismo 1, 2, 3, 5, 6, 59, 104, 105, 109
Coopetição 110, 111, 114, 116, 121, 122

D

Desenvolvimento endógeno 2, 3, 36, 43, 63, 66, 74, 119
Desenvolvimento regional 16, 34, 35, 51, 59, 61
Desenvolvimento territorial 1, 2, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 27, 31, 32, 33, 34, 46, 47, 58, 59, 60, 64, 65, 72, 78, 96, 97, 98, 107, 110, 122
Diferenciação territorial 77

E

Engajamento do consumidor 126
Engajamento transformador 140

G

Gestão de riscos 140
Governança colaborativa 110, 114, 117, 122
Governança institucional 47
Governança participativa 73, 74, 120, 140
Governança territorial 1, 5, 8, 16, 26, 27, 32, 34, 54, 63, 65, 74

I

Indicações Geográficas 1, 2, 3, 7, 8, 9, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 62, 64, 65, 67, 74, 75, 96, 99, 100, 101, 102, 104, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 121, 127, 135, 139

L

Legitimidade institucional 140

M

Marketing territorial 3, 17, 34, 74, 126

Metodologias ativas 97, 102

N

Narrativas de marca 126

P

Patrimônio cultural 1, 2, 36, 51, 57, 58, 60, 61, 94, 126, 128, 129, 139

Pertencimento territorial 97, 98, 108

Produtos territoriais 1, 2, 4

Propriedade intelectual 12, 15, 16, 19, 23, 30, 34, 46, 47, 48, 50, 56, 58, 60, 62

Protagonismo juvenil 97

R

Regulação sanitária 46, 47

Reputação digital 126

Resiliência agroecossistêmica 63, 70

Resiliência ambiental 77

Ruralidades contemporâneas 36

S

Serra da Canastra 1, 2, 3, 4, 6, 13, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 47, 55, 58, 64, 72, 78, 84, 101, 103, 105, 109, 126, 140, 142, 148

Sistemas Agroalimentares Localizados 63, 64, 67

Sistema socioecológico 77, 95

Sustentabilidade agrícola 7, 8, 11

T

Terroir 63, 64, 65, 77, 78, 79, 80, 82, 92, 94, 140, 141, 148

Turismo pedagógico 97, 103, 104

V

Valor agregado 1, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 29, 31, 33, 48, 57, 58, 63, 65, 67, 74, 119, 142

Valor compartilhado 110, 111, 121, 122

